CRISE HUMANITÁRIA E POLÍTICA NA VENEZUELA: ANÁLISE JURÍDICA E DESAFIOS INTERNACIONAIS

Autor(res)

Administrador Kroton
Maria Luiza Souza Silva
Vamberth Soares De Sousa Lima
Karla Regina Malaquias De Souza
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A Venezuela enfrenta, há anos, uma severa e prolongada crise humanitária e política, marcada por um colapso institucional profundo, escassez significativa de alimentos e bens essenciais, inflação descontrolada e repressão estatal sistemática. Grupos sociais vulneráveis — como crianças, mulheres e idosos — são os mais afetados pelas consequências desse cenário. A disputa entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição envolve questões complexas de legitimidade e forte participação da comunidade internacional. Este trabalho analisa essa conjuntura sob a perspectiva do Direito Internacional, dos direitos humanos e da proteção dos refugiados.

Objetivo

Investigar os aspectos jurídicos da crise venezuelana: legitimidade de governo, soberania versus intervenção humanitária, proteção de refugiados, responsabilização por violações de direitos humanos e o papel de organismos internacionais.

Material e Métodos

Trata-se de estudo qualitativo e documentário. Foram analisados relatórios oficiais da ONU, ACNU-HCR, organizações não governamentais (Amnesty International, Human Rights Watch), textos jurídicos como a Convenção de 1951 de Refugiados, a Declaração de Cartagena (1984) e o Estatuto de Roma. Também se considerou jurisprudência internacional e documentos institucionais brasileiros, especialmente decisões do CONARE. A metodologia inclui revisão bibliográfica, análise normativa e estudo de casos verificados nos relatórios internacionais sobre detenções arbitrárias, repressão política e êxodo migratório. Os dados mais recentes utilizados são até meados de 2025.

Resultados e Discussão

Constata-se que as violações de direitos humanos na Venezuela são sistemáticas, incluindo prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos forçados e repressão de protestos. Grupos armados pró-governo agravam a

impunidade. Mais de 7,9 milhões de refugiados enfrentam insegurança e falta de acesso regularizado. No Brasil, o CONARE reconheceu violações graves, aplicando a Declaração de Cartagena para a concessão de refúgio.

Conclusão

A crise na Venezuela é um grave desafio ao Direito Internacional, envolvendo proteção de indivíduos, legitimidade democrática e responsabilização por violações. Os marcos jurídicos — Convenções, Declarações e Estatuto de Roma — são adequados, mas sua eficácia depende da vontade política dos Estados, da transparência institucional e da atuação imparcial de organismos internacionais.

Referências

ACNUR. Venezuela Situation – UNHCR: dados globais sobre refugiados e migrantes venezuelanos. Disponível em: https://www.unhcr.org/emergencies/venezuela-situation
. Acesso em: 16 out. 2025.

UNITED NATIONS. Human rights violations escalate in Venezuela following disputed presidential election. 2024. Disponível em: https://www.ungeneva.org/en/news-media/news/2024/10/99250/human-rights-violations-escalate-venezuela-following-disputed
. Acesso em: 16 out. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. Human rights in Venezuela – report. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/location/americas/south-america/venezuela/report-venezuela/
. Acesso em: 16 out. 2025.